
O Monitor de Angola

Nº2, abril de 2010

O Monitor de Angola cobre a política, o desenvolvimento, a democracia e os direitos humanos em Angola. É publicado trimestralmente pelo Ação pela África Austral (ACTSA).

Nesta edição estão incluídos o oitavo aniversário da paz em Angola, o anúncio de eleições em 2012 e novas medidas contra a corrupção. As notícias econômicas abordam os planos de maior cooperação entre Angola e Nigéria, as recentes aquisições chinesas de ativos em petróleo angolano e as demissões em massa no setor da construção. Noticiamos a crise humanitária que seguiu-se após os despejos em massa nas periferias de Lubango, e a detenção de ativistas políticos em Cabinda.

A edição também está disponível em inglês.

Mensagens dos leitores são bem-vindas. Favor enviar os comentários para campaigns@actsa.org. Para mais notícias e informações sobre Angola e a África austral, visite o [sítio da ACTSA](http://www.actsa.org).

Notícias Políticas

Oito anos de paz no dia 4 de abril: um dia de celebração e comemoração em Angola

O término de três décadas de conflito armado em Angola se deu no dia 4 de abril de 2002 quando o governo do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) assinaram um memorando de entendimento final em Luena e acordaram pelo desarmamento. Angola marcou o oitavo aniversário deste importante evento com o Dia da Paz e Reconciliação Nacional, e a província de Kuando Kubango recebeu as principais comemorações deste ano.

Durante as comemorações o Governador de Kuando Kubango, Eusébio de Brito Teixeira, aplaudiu as conquistas do processo de paz em Angola dizendo que “consolidamos a união nacional e o respeito por divergências de opiniões.” Ele também aplaudiu o sucesso do empenho pela reconstrução e desenvolvimento, além de recomendar aos angolanos que continuem a seguir este caminho, pois ainda há muito trabalho pela frente. Cerimônias menores foram realizadas por todo o país, frequentemente relacionadas à inauguração de novos projetos e facilidades sociais possibilitados pela paz.

Eleições gerais em Angola marcadas para 2012

Em fevereiro, o Presidente José Eduardo dos Santos anunciou que as eleições gerais em Angola ocorrerão em 2012. Em discurso a membros do governo e outros funcionários do estado, declarou: “no mesmo ano em que o mandato [do governo] expirará, o Estado deve criar as condições para que eleições gerais sejam realizadas em 2012.”

Com o adiamento das eleições planejadas para 2009 e a consequente extensão do mandato presidencial por mais três anos, a UNITA e outros grupos da oposição acusaram José Eduardo dos Santos de adiar o pleito repetidamente para alongar seu tempo no poder. “Está claro que o Presidente adia as eleições porque ele quer reter o poder por muitos anos ainda,” disse Alcides Sakala, porta-voz da UNITA. Grupos de oposição e de direitos civis também criticaram a nova Constituição que aboliu as eleições presidenciais diretas, promovendo a eleição presidencial através do Parlamento, no qual o MPLA possui grande maioria. A nova Constituição também permite que José Eduardo dos Santos, no poder há trinta anos, possa permanecer como Presidente por mais dois termos de cinco anos até 2022, caso o MPLA ganhe as duas próximas eleições. No governo, o MPLA defende o novo sistema com o argumento de que maior estabilidade será criada e que o mesmo está em acordo com sistemas e procedimentos políticos em várias democracias na África e no mundo. Depois do Presidente da Líbia Muammar Gaddafi, José Eduardo dos Santos é o líder africano que está há mais tempo no cargo.

Angola participa da II Assembleia Parlamentar da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP)

A II Assembleia Parlamentar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), composta por Angola, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Brasil, Portugal e Timor Leste, se reuniu em Lisboa entre os dias 8 e 10 de março. Atualmente a presidência da Assembléia é ocupada por António Paulo Kassoma, ex-Primeiro Ministro angolano. Em seu discurso aos delegados, ele destacou a importância de haver um “movimento efetivo e recíproco” de cooperação entre os Estados-Membros.

No topo da agenda estavam a circulação de pessoas e a cidadania na região da CPLP, e desenhou-se um esboço de Convenção-Quadro acerca da questão, discutida pelos Membros do Parlamento. Entretanto o Presidente da CPLP, António Paulo Kassoma, e o delegado angolano Cristovão da Cunha ressaltaram que a questão da livre circulação de pessoas e bens dentro da CPLP é complexa devido aos diferentes níveis de desenvolvimento entre os Estados-Membros e às questões de estabilidade encaradas em especial pelos países que recentemente emergiram de conflitos prolongados.

Dentre os itens incluídos na agenda da Assembleia estavam a promoção da língua portuguesa em todos os Países-Membros e um projeto para sua expansão e uso efetivo nas organizações internacionais como as Nações Unidas. A Assembleia também enfatizou a cooperação diplomática entre os Estados-Membros da CPLP, ambicionando a colaboração em prol dos interesses comuns nas organizações internacionais. A necessidade de colaboração parlamentar entre os Estados-Membros foi sublinhada; o encontro também decidiu acerca do estabelecimento de mais duas Comissões Permanentes, tendo a primeira “Economia, meio ambiente e cooperação” como tema, e a segunda, “Língua, educação, ciência e cultura”. A importância de haver uma organização poderosa para levar os objetivos da Assembleia do Parlamento adiante foi enfatizada.

Contra a corrupção, advertências severas e novas leis editadas

Ao designar seu novo governo após a aprovação da nova Constituição em fevereiro, o Presidente José Eduardo dos Santos anunciou que introduzirá novas leis para acabar com a corrupção e a fraude em Angola. Em seu discurso, adotou a posição de “tolerância zero” para com a corrupção e prometeu novas leis para assegurar que funcionários públicos desempenhem seu trabalho com “honestidade, honra e caráter.” A Lei da Probidade Administrativa, cuja intenção é disciplinar a administração do País acerca da transparência, profissionalismo e uso de recursos públicos foi passada pela Assembleia Nacional em 5 de março. A lei foi amplamente recebida como passo positivo para um país que ao longo dos últimos anos tem sido colocado dentre os 20 países mais corruptos do mundo, segunda a ONG Transparência Internacional. Porém, a luta contra a corrupção não se resume à legislação apropriada; depende também de ser efetivamente implementada e de mecanismos de controle, adverte Luís Nguimbi do Conselho de Igrejas Cristãs em Angola.

Grupos de direitos civis acusaram o Presidente e seu círculo de altos oficiais de dar um mau exemplo, já que o próprio Presidente, sua primeira filha e vários ministros-chave compõem a lista das 12 pessoas mais ricas em Angola, em levantamento realizado pelo jornal privado “Agora” no final de 2009. Ademais, um senador americano declarou no início de fevereiro que pretende denunciar a HSBC Holdings à agência reguladora dos bancos nos Estados Unidos, para que uma investigação acerca de transferências monetárias suspeitas e contas particulares no exterior de oficiais do alto escalão do governo em Angola seja aberta. Todavia esforços vem sendo feitos para demonstrar que Angola leva a sério a luta contra a corrupção, com 18 pessoas detidas em meados de fevereiro durante um inquérito sobre desvios no Banco Central de Angola e advertências de que mais detenções poderão ser efetuadas. José Eduardo dos Santos também anunciou que a empresa internacional de consultoria Ernst & Young ajudará o Governo Angolano a desempenhar uma vistoria completa sobre a maneira na qual o dinheiro público é administrado.

Desvio de 137 milhões de dólares leva à série de prisões

Devido a um inquérito do Banco Central em meados de fevereiro, 18 pessoas foram presas e acusadas por desvio de dinheiro. Todos os suspeitos são funcionários de baixo escalão no Banco Central e no

Ministério das Finanças, presos em associação com retirada de dinheiro do Banco Nacional de Angola entre setembro e novembro do ano passado. Recuperaram-se quase 100 milhões dos 137 milhões de dólares, e itens de luxo que incluem carros também foram confiscados.

O Procurador-Geral João Maria de Sousa disse que o desvio do dinheiro do Banco para países que incluem Portugal, Alemanha, China, Dubai, Áustria, Suíça, Ilhas Caiman e Estados Unidos feito demonstrando “certo grau de especialização”. Ele desmentiu relatos afirmando que altos oficiais cometeram suborno para não serem perseguidos e afirmou que “Os relatos acerca de pessoas culpadas que não foram indiciadas por qualquer motivo não correspondem com a verdade.” O Procurador disse que mais prisões – incluindo de oficiais do alto escalão – ainda podem acontecer, sublinhando o fato de que nenhum cidadão angolano, incluindo altos oficiais, poderão se esquivar da lei. As investigações acerca do caso continuam.

Assembleia Nacional decide resolver disputa fronteiriça marítima com o Congo

No dia 24 de março a Assembleia Nacional de Angola em Luanda decidiu com unanimidade que o Governo deverá negociar um acordo acerca da delimitação de suas fronteiras marítimas ao norte com a República Democrática do Congo (RDC). A Ministra da Justiça, Guilhermina Prata, declarou que Angola quer estender sua fronteira em 350 milhas náuticas, em acordo com a Convenção acerca dos direitos marítimos. As recomendações do Parlamento também afirmaram que todas as negociações deveriam basear-se estritamente em acordos assinados que estabeleceram a base para a delimitação da fronteira marítima entre os antigos poderes coloniais de Angola e da RDC, ou seja, Portugal e Bélgica respectivamente. Angola e RDC disputam a área próxima à costa que poderá ser propícia à extração de petróleo. Delegações de ambos os países deverão encontrar-se duas vezes em abril para negociarem soluções para o manejo do campo de petróleo disputado, situado no mar.

Notícias Econômicas

Angola e Nigéria procuram maior cooperação econômica

Lideradas pelo Ministro das Relações Exteriores angolano, Assunção dos Anjos, e pelo seu homólogo nigeriano, Chefe Ojo Maduekwe, as autoridades angolanas e nigerianas reuniram-se no dia 5 de março para desenhar estratégias para fortalecer as relações bilaterais e cooperação econômica entre os dois países. Uma delegação angolana deverá participar de um encontro técnico que pretende solidificar e diversificar a cooperação entre Luanda e Abuja em abril. O encontro em Abuja habilitará os oficiais a seguirem com as negociações iniciadas na reunião de Luanda. O Embaixador nigeriano em Angola afirmou que ambos os países atualmente contemplam a criação de uma Comissão Conjunta entre Angola e Nigéria até o terceiro trimestre deste ano.

Angola Airlines (TAAG) resume voos à Europa

A União Européia suspendeu a interdição do Comitê de Segurança Aérea à Angolan Airlines (TAAG), imposto desde 2007, devido a preocupações relacionadas à segurança. A companhia já pode voar para qualquer destino dentro do espaço aéreo europeu contanto que utilize aeronaves da nova geração. Um estudo foi lançado para avaliar quais rotas apresentam as melhores condições para operação. Preparações adicionais da nova frota e treinamento de funcionários estão em andamento. A TAAG ainda precisará negociar acordos bilaterais com os países de cada destino, incluindo o Portugal. Não obstante, o Ministro dos Transportes Augusto da Silva está otimista quanto ao futuro da empresa, a despeito dos atuais desafios.

Novo decreto do agro-combustível a caminho

No dia 24 de março a Assembleia Nacional aprovou um esboço para uma nova lei que trata dos agro-combustíveis. O governo decidiu aumentar a área plantada de cana-de-açúcar e outras plantas para impulsionar a produção de agro-combustível, parte da estratégia para diversificar a produção agrícola

no País. Críticos do projeto temem que tal deslocamento agrícola poderá prejudicar a produção de alimentos. O Ministro dos Petróleos, José Maria Botelho de Vasconcelos, assegurou-os que a segurança alimentar ainda é a primeira prioridade. O esboço estará sujeito a debates e emendas no Parlamento.

Sonangol é convidada a participar de explorações de petróleo em São Tomé e Príncipe

A estatal Sonangol (Sociedade Nacional de Petróleos em Angola) pretende compor um consórcio com a empresa portuguesa GALP e a empresa são-tomense Petrogás para explorar petróleo em São Tomé e Príncipe. Os governos de Angola e de Portugal receberam propostas de envolvimento em explorações de petróleo dentro da zona econômica exclusiva do governo de São Tomé. Isto não inclui outra zona de exploração entre São Tomé e Nigéria, que não fará parte do acordo assinado pelo consórcio. Em 2009 a produtora nacional de petróleo angolana divulgou lucros líquidos de US\$2,4 bilhões.

Cortes massivos no setor de construção

Milhares de trabalhadores no setor de construção não receberam seus salários e vem sendo demitidos em Angola e há mais de dois bilhões de dólares em dívidas a pagar às empresas estrangeiras licenciadas para projetos de reconstrução. Francisco Jacinto, líder do maior sindicato do país, a Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CGSILA), falou contra os cortes nos orçamentos afirmando que “Não vejo um fim às demissões até que o governo comece a pagar.” Angola teve que adiar os pagamentos durante a recessão econômica e a queda nos preços do petróleo, que causaram brusca redução nas receitas do estado.

O sindicalista declarou que a construtora brasileira Odebrecht, a maior empresa estrangeira do setor em Angola, demitiu mais da metade de seus 27.000 trabalhadores no último ano e que recentemente avisou que haverá mais cortes no quadro de trabalhadores. O governo prometeu começar a acertar os pagamentos em abril; o porta-voz do Ministério das Finanças, Bastos de Almeida, disse que negociações acerca dos pagamentos estão em andamento.

Chinesa Sinopec vira acionista na produção de petróleo angolana

A estatal petrolífera chinesa, Sinopec, anunciou em março que comprará 55% das ações da Sonangol Sinopec International Ltd., seu empreendimento conjunto com a produtora de petróleo angolana Sonangol, por US\$2,5 bilhões. Desta forma a Sinopec adquiriu acesso direto a alguns dos ativos de petróleo angolanos no fundo do mar. No passado a Sinopec se envolveu principalmente com o refinamento de petróleo, mas atualmente busca ativamente investir em recursos de gás e petróleo no exterior para ampliar sua base de ganhos e expandir internacionalmente.

Notícias acerca dos Direitos Humanos

Despejo de mais de 3.000 famílias na periferia de Lubango gera crise humanitária

No início de março, a tropa de choque angolana iniciou nova série de despejos forçados nas periferias da capital provincial Lubango, na província Huila situada no sudoeste do país. Mais de três mil famílias foram retiradas à força de suas casas, demolidas em seguida. Como resultado dos despejos brutais, sete pessoas morreram, dentre elas quatro crianças com idades entre 4 e 12 anos. Este fato, combinado com os reassentamentos forçados, gerou uma emergência humanitária. As demolições fazem parte do programa de reconstrução da ferrovia Moçâmedes que irá ligar a cidade portuária de Namibe com a província Kuando Kubango, no sul do país, atravessando a província de Huila.

Os barracos e casas foram construídos em terra que agora será designada para a reconstrução da ferrovia. Em novembro de 2009, os moradores foram avisados acerca dos despejos, mas foi dito que seriam compensados com casas novas. O que transparece agora é que as novas casas não foram construídas e que os próprios despejados devem fazê-las após comprarem os lotes do governo

provincial, arcando com o custo do material de construção. Os lotes em Tchavola, localidade para onde os despejados foram realocados, custam aproximadamente US\$250 cada, enquanto muitas das pessoas despejadas vivem com menos de US\$2 por dia. Há relatos de que uma parte dos lotes designados localiza-se em terra já utilizada para a agricultura, fato que tem desencadeado tensões entre as famílias despejadas e os moradores anteriores de Tchavola.

A situação humanitária em Tchavola ainda é grave. Famílias desalojadas são obrigadas a viver em escolas e acampamentos provisórios com abastecimento inadequado de água e comida, saneamento impróprio e nenhuma proteção contra ataques criminosos noturnos. Menos de 1.000 barracas foram disponibilizadas para mais de 3.000 famílias, e aqueles que temem perder o momento da distribuição de terrenos ou barracas para suas famílias não saem mais da área, o que resulta em crianças faltando à escola e em adultos não comparecendo ao trabalho. A situação é agravada pelas fortes chuvas. Recentemente o governo pediu desculpas às vítimas e prometeu não mais realizar despejos e demolições da mesma forma. Entretanto a sociedade civil teme que mais demolições e despejos sejam efetuados em junho.

Manifestação contra as demolições em Lubango é realizada após tentativas de proibi-la

Sob o lema “Não Partam Minha Casa”, diversas organizações da sociedade civil marcharam, no sábado, dia 10 de abril, em Benguela para protestar contra despejos recentes em Lubango, duas semanas após a inconstitucional proibição da primeira manifestação.

A organização de defesa dos direitos humanos OMUNGA havia inicialmente organizado o protesto para o dia 25 de março, mas foi obrigada a cancelar após o grupo receber ameaças de que haveria violência, com grandes contingentes de caminhões policiais enviados junto com a tropa de choque com cães. Em declaração oficial o Governador de Benguela, que proibiu a marcha pacífica, disse que o governo local “não se responsabilizará por qualquer dano físico ou material que possa ocorrer a partir do exercício de sua autoridade, na defesa da ordem estabelecida.”

Duas semanas depois a manifestação foi finalmente realizada. O protesto ainda sofreu obstrução uma vez que o governo local organizou uma atividade pública no mesmo local no qual a reunião final estava programada, mas este fato não desanimou os manifestantes que simplesmente ajustaram a rota da marcha. OMUNGA e seus parceiros comemoram “mais um passo dado pela sociedade civil nesta longa jornada,” acreditando que a ação enviou um claro sinal contra a repressão habitual e intimidação de ativistas da sociedade civil.

Violando acordo, mais de dez mil congoleses são expulsos de Angola desde janeiro

Angola expulsou mais de 10.000 cidadãos da RDC em aparente violação do acordo entre ambos os países para suspender as repatriações. Segundo uma declaração expedida na capital congoleza de Kinshasa pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA), mais de 10.200 congoleses expulsos de Angola foram registrados em Kamako e em seu entorno, na província central de Kasai Ocidental na RDC.

Em 2004 a Angola lançou uma campanha de expulsões em massa, apelidada “Diamante”, para conter o contrabando de diamantes. Até meados de 2009, a campanha assistiu a deportação de mais de 400.000 imigrantes ilegais deportados que encontravam-se nas regiões mineradoras, muitos dos quais eram cidadãos congolezes. Contudo as expulsões em massa foram suspensas após o Presidente angolano José Eduardo dos Santos e seu par congolês Joseph Kabila assinarem um acordo em outubro do ano passado.

Já que o governo angolano retomou as expulsões em aparentemente violação deste acordo, uma missão das Nações Unidas viajou até Kamako na fronteira entre Congo e Angola no final de fevereiro para avaliar a situação humanitária enfrentada pelas pessoas expulsas ilegalmente e pelas comunidades locais. A missão descobriu que na maioria dos casos os deportados haviam sido submetidos a “estupros, torturas, revistas íntimas conduzidas sem nenhuma precaução de higiene e

roubo dos pertences.” Acima de 350 estupros de mulheres e meninas foram registrados pelo OCHA e há relatos de ainda mais.

A Human Rights Watch exige libertação de ativistas de Cabinda

No dia 23 de fevereiro a *Human Rights Watch* clamou pela libertação imediata de defensores dos direitos humanos aprisionados em Angola após um ataque mortal contra o time de futebol togolês na província de Cabinda em janeiro antecedendo o Campeonato Africano das Nações. A FLEC (Frente pela Libertação do Enclave de Cabinda), um movimento separatista que há décadas desempenha uma campanha de guerrilha de baixo porte pela cessão da província angolana rica em petróleo, assumiu a responsabilidade pelo ataque.

Entre as oito pessoas presas em conexão com o ataque estão seis defensores de direitos humanos, que são conhecidos críticos ao governo; dentre eles estão o padre Raul Tati, o professor universitário Belchior Lanso Tati e o advogado cabindense Francisco Luemba. “O governo angolano tem a obrigação de investigar e perseguir aqueles que atacaram a seleção togolesa,” afirmou Georgette Gagnon, da *Human Rights Watch*. “Mas a prisão de defensores sinceros dos direitos humanos em Cabinda sugere que o governo está se aproveitando do ataque para vitimar seus críticos pacíficos. Não há provas de que o governo conduziu uma investigação criminal forense acerca do ataque.”

A *Human Rights Watch* também alega que militares angolanos forçaram confissões falsas de outras pessoas, presas em seu vilarejo situado nas proximidades do local dos disparos. Dois suspeitos estão sob custódia policial sem terem sido formalmente acusados desde sua detenção em janeiro, excedendo o limite de tempo legal para detenções em Angola.

Policiais sentenciados a 24 anos de cadeia pelo homicídio de 8 homens

Um processo que virou marco no país assistiu à sentença de sete policiais por homicídio, em março. Foi a primeira vez que membros da polícia receberam sentença por um crime grave como este. Após receberem a informação de que os homens no município de Sambizanda, em Luanda, eram suspeitos criminais, a polícia exigiu que deitassem no chão e alvejou-os pelas costas em seguida. Um dos feridos conseguiu reconhecer dois dos policiais à paisana antes de morrer em decorrência de seus ferimentos.

“Embora os réus possam ter acreditado que os jovens eram criminosos, suas ações não se justificam,” declarou o Juiz Salomão Filipe. Ele explicou que a sentença de 24 anos era a maior que ele poderia aplicar. Angola luta contra a brutalidade policial há muito tempo. Um relatório recente produzido pelo governo americano a partir de matérias do noticiário local aponta que a polícia em Angola matou 23 pessoas em 2009.

Notícias acerca da assistência e do desenvolvimento

Avaliação positiva do desarmamento por comissão em Huambo

O subcomissário da polícia nacional em Huambo, António de Jesus Miranda Guedes, declarou que a campanha pelo desarmamento no ano passado foi um sucesso. Entre janeiro e dezembro de 2009, a força tarefa pelo desarmamento recuperou 2.684 armas, 7.370 explosivos, 14.459 carregamentos de munição e mais 2.823 outras armas. O fato de que a quantidade de armas recolhidas caiu sensivelmente em comparação com anos anteriores foi atribuído ao êxito das campanhas passadas.

Perspectivas de projeto de telemedicina com médicos italianos

Em busca de novas oportunidades de investimento, uma delegação de clínicos ortopédicos italianos visitou a cidade de Lubango na província de Huila em março e expressou interesse em assinar um acordo de cooperação com colegas angolanos. A idéia é transmitir novas tecnologias que tornariam possíveis formas de tratamento mais efetivas em pacientes através da telemedicina. Isso envolve os

médicos italianos estarem disponíveis aos médicos locais para consulta por vídeo em tempo real via a internet. O governo provincial de Huila se demonstrou interessado em assinar um contrato para fornecimento de serviços hospitalares em Lubango e outros quatro distritos e quer armar um acordo de cooperação com os médicos italianos.

Intercâmbio de ensino superior com o Portugal

Em meados de março os Ministros do Ensino Superior e Ciência e Tecnologia de Angola e de Portugal se encontraram para assinar um acordo de cooperação em Luanda pelo desenvolvimento do ensino superior e a promoção da pesquisa científica. O novo tratado prevê apoio português na melhora sistemática e na ampliação de instituições de ensino superior em Angola. A intenção também é amparar a cooperação entre universidades angolanas e portuguesas em diversas áreas de pesquisa, incluindo intercâmbios de estudantes e visitas acadêmicas de professores.

Energia solar para as áreas rurais

Dirigindo-se a uma conferência sobre energia renovável em Luanda realizada no dia 12 de fevereiro, João Baptista Borges, Secretário de Estado da Energia e Águas, disse que as energias renováveis fazem parte integral do empenho pela eletrificação do País. Comunidades rurais se beneficiam da energia solar, economizando combustível para geradores. A energia solar já é utilizada em alguns prédios administrativos, em centros comunitários e de saúde e o governo ainda pretende expandir o acesso à geração de energia solar.

Os artigos publicados no Monitor de Angola não representam necessariamente qualquer posição acordada pelo próprio ACTSA.